



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional da e do assistente social

TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL NOS LIMITES ABSOLUTOS DO CAPITAL EM CRISE

TATIANA LYRA LIMA FÉLIX ¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo expor os fundamentos do trabalho, da divisão do trabalho e do surgimento das profissões, com base na postura dialético-crítica marxista. Resgata o processo de institucionalização do Serviço Social e sua relação com a questão social na dinâmica do capitalismo monopolista. Apreende o contexto histórico particular da crise estrutural dos anos 1970 e sua dimensão irreversível e irremediável que assola o trabalho dos assistentes sociais junto a classe trabalhadora.

Palavras-chave: Trabalho. Questão Social. Serviço Social. Crise Estrutural.

ABSTRACT

This article aims to expose the foundations of work, the division of labor and the emergence of professions, based on the Marxist dialectical-critical stance. It rescues the process of institutionalization of Social Work and its relationship with the

1 Estudante de Pós-Graduação. Programa De Pós-graduação Em Serviço Social - Universidade Federal De Alagoas

social issue in the dynamics of monopoly capitalism. It apprehends the particular historical context of the structural crisis of the 1970s and its irreversible and irremediable dimension that plagues the work of social workers with the working class.

Keywords: Work. Social issues. Social service. Structural Crisis.

I. INTRODUÇÃO

O domínio universal do capital estende-se sobre os lugares mais distantes e isolados do globo terrestre. Essa expansão na contemporaneidade é um reflexo da acumulação desenfreada de riquezas que ativa os limites absolutos do capital. Nessa direção segue a sociedade capitalista, alicerçada em três importantes esferas intrinsecamente relacionadas entre si, que movem o seu modo de ser: trabalho, capital e Estado. Tais categorias permeadas por contradições advindas da estrutura do capital são reproduzidas pelo teor de inúmeras crises, que se aprofundam e se disseminam, afetando toda a sociabilidade.

O aprofundamento das crises cíclicas burguesas desemboca numa crise em grandes proporções. A crise contemporânea não se apresenta como uma crise cíclica, solucionada pelos constantes processos de reestruturação produtiva, mas por uma crise estrutural situada nos limites absolutos do sistema capitalista desde os anos 1970. Uma crise que afeta a totalidade de um complexo social, não apenas colocando em risco o complexo social global, mas, também, outros complexos que podem surgir mediante as alternativas em curso. Trata-se de uma crise de caráter universal, com magnitude global e extensa em escala de tempo. Essa crise adentra todas as esferas da vida social, e também atinge o Serviço Social, uma vez que ele é parte constitutiva da totalidade social.

O debate em torno do Serviço Social sobre a crise social na profissão vem sendo amplamente explorado por inúmeros autores. Muitas discussões giram em torno de uma crise social que reflete sobre a profissão e que paira como uma manifestação externa a ela. A crise atual resulta na fragilidade das políticas estatais e no desemprego. Os profissionais do Serviço Social sentem os reflexos dessa crise porquanto atuam sobre as expressões da

questão social com políticas fragmentadas e degradadas pelo desmonte das políticas sociais em face da lógica neoliberal e neoimperialista na contemporaneidade.

A crise atual alastra-se sobre o âmbito econômico, político e social do capitalismo e afeta o Serviço Social não apenas em sua atividade prática, mas também na vida particular de seus profissionais. O que se objetiva apresentar neste artigo não é uma crise do Serviço Social, mas uma crise estrutural para além dele, nos limites absolutos do capital. Para tanto, serão expostos de forma breve os fundamentos que permeiam o surgimento do Serviço Social atrelado ao desenvolvimento do trabalho e da divisão do trabalho em Lukács e Marx. Em seguida, far-se-á uma discussão sobre a dimensão irreversível e irremediável da crise estrutural que assola o trabalho na contemporaneidade e as contradições nos limites absolutos do capital que impactam a profissão do Serviço Social.

II. TRABALHO, DIVISÃO DO TRABALHO E O SERVIÇO SOCIAL

Diante das profundas transformações que vêm ocorrendo na sociedade, especialmente na vida laboral, observa-se a categoria trabalho como um objeto de estudos e debates de intelectuais das mais diversas matrizes teóricas. Entre as teorias mais discutidas na atualidade, as obras de Marx e Lukács possibilitam compreender a centralidade ontológica da categoria trabalho, a partir do pressuposto de que ela é uma condição ineliminável para a reprodução do mundo dos homens.

Por dezenas de milhares de anos, muitas transformações entre as esferas do ser foram essenciais para efetivar o desenvolvimento da reprodução social. Enquanto a reprodução da vida orgânica explicitava os processos vitais da existência biológica, contínuas mudanças externas e internas viabilizaram a concretização de saltos qualitativos do ser social. Entre as consequências enriquecedoras estabelecidas nesse processo, o trabalho ganha existência num complexo social que se move e se reproduz processualmente no contexto da totalidade social. Nesse sentido, o trabalho é a base da sociabilidade humana e o fundamento do ser social. É através dele que o homem atua sobre

a natureza para produzir os meios necessários à sua subsistência, garantindo, com isso, a reprodução social.

De forma desigual e progressiva, o trabalho teleologicamente posto possibilitou uma transformação qualitativa na estrutura e na dinâmica das sociedades singulares. A fabricação de instrumentos, a exploração das forças naturais pelo uso do fogo, pela domesticação de animais etc., são conseqüências da capacidade do trabalho de avançar com seus resultados para além da reprodução do seu executor. Da base objetiva da escravidão, através de várias etapas, o caminho leva ao capitalismo, onde a base de todo o sistema é regida pelo valor de uso da força de trabalho².

Todo esse desenvolvimento da reprodução social não seria possível sem o constante intercâmbio orgânico do homem com a natureza, sem o trabalho e, conseqüentemente, sem o surgimento de novos complexos sociais para além dele. Os atos contínuos do trabalho demandam novas necessidades e possibilidades, e, portanto, desencadeiam o surgimento de novos conhecimentos e habilidades. Esses fatores dão origem a novas relações que se organizam na forma de complexos sociais fundamentados no trabalho, mas com funções e especificidades incomuns, como a linguagem, a educação, a arte, a política, as ideologias etc.

Na processualidade da reprodução social a partir do trabalho, novos complexos sociais surgem e criam novas possibilidades e necessidades; uma divisão do trabalho é estimulada. No interior dessa divisão, dissemina-se um conjunto de atividades especializadas, estratos de especialistas ocupados com atividades e funções sociais atribuídas pelo sistema produtivo para responder às necessidades que permeiam as relações sociais. Na particularidade capitalista, por profissão entendem-se as atividades resultantes do desenvolvimento humano-social como meio de vida de indivíduos e grupos, como é o caso do Serviço Social. Mas, antes de adentrar na particularidade da sociedade burguesa, é preciso situar historicamente como a divisão do trabalho é estabelecida e se desenvolve a partir do trabalho.

2 Embora o trabalho seja o fundamento ontológico do ser social, este não pode se resumir àquele. Novos problemas e necessidades surgem à medida que o contínuo processo de trabalho desencadeia uma complexificação da realidade social. No curso das sociedades de classe, “o trabalho deixa de ser a manifestação das forças vitais do próprio trabalhador para se converter na potência da classe dominante sendo o trabalhador explorado” (LESSA, 2007, p. 156). No capitalismo, essa exploração se intensifica através da forma abstrata do trabalho pela extração de mais-valia; o trabalhador não produz para si, mas para o capital.

Numa processualidade histórica, os contínuos atos de trabalho desencadearam uma divisão de trabalho que, a princípio, “se baseava nas diferenças biológicas das pessoas que formavam o grupo humano” (LUKÁCS, 1981, p. 138). A partir do momento em que as barreiras naturais foram recuadas pela sobreposição do social ao natural, os aspectos biológicos como força, sexo e idade tornaram-se secundários nesta divisão, surgindo em seu interior ações e relações predominantemente sociais. Nesse processo, os valores que surgem a partir do conhecimento sobre o comportamento humano ganham um nível social cada vez mais apurado, servindo de mediações nas relações coletivas.

Da mesma forma, em Marx (1983, p. 277), a divisão do trabalho deve ser compreendida “dentro da sociedade, e a correspondente limitação dos indivíduos a esferas profissionais particulares”. Seu surgimento ocorre numa base puramente fisiológica e evolui naturalmente com o estabelecimento de grupos interagindo entre si. Na medida em que isso é estabelecido, ampliam-se as relações grupais para a comunidade, “com o crescimento da população, e notadamente com o conflito entre as diversas tribos e a subjugação de uma tribo pela outra”.

Uma vez que a divisão social do trabalho vai se desenvolvendo no âmbito das relações de grupos e comunidades, desenvolve-se uma dinâmica espontânea como complexo dentro da divisão originária. Quando os momentos sociais se sobrepõem aos momentos naturais, esse novo complexo é estabelecido por uma divisão técnica do trabalho. Para Lukács (1981, p. 139), “a divisão do trabalho começa quando as ocupações singulares se autonomizam em profissões”. No interior da comunidade, a divisão do trabalho chegou a um determinado nível que, de fato, “determinadas pessoas se especializaram em determinados trabalhos, e isso implica inevitavelmente que outros devem executar os trabalhos necessários para conservar e reproduzir-lhes a vida” (LUKÁCS, 1981, p. 140-1).

O desenvolvimento espontâneo da divisão do trabalho é concomitante à criação do valor de uso e sua acentuada caracterização de valor de troca como uma categoria puramente social. Ele também se associa ao movimento de criação do mercado e ao estabelecimento das forças produtivas nas bases da reprodução social. É um processo de complexificação social estabelecido por uma desigualdade social entre os homens, em meio a uma “divisão entre trabalho intelectual e físico e a divisão entre cidade e campo, os quais, porém, se cruzam continuamente com a geração das classes e dos antagonismos de classe” (LUKÁCS, 1981, p. 155).

Na manufatura, a divisão do trabalho resultou de uma significativa transformação nas relações de produção. O processo de trabalho passa a ser deslocado para o indivíduo que dirige a produção, enquanto os grupos em coletivo de trabalho repetem suas rotineiras atividades. É importante denotar que o período manufatureiro surge como a primeira forma tipicamente capitalista de produção de mercadorias – período em que a cooperação e a divisão do trabalho passaram por grandes processos de transformação, substituindo revolucionariamente o modo de produção feudal para o tipicamente burguês.

A gerência do trabalho sob o domínio do capital é uma característica da manufatura. Nela, a divisão do trabalho é desenvolvida combinando-se os ofícios anteriormente separados. Como resultado tem-se “um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos” (MARX, 1983, p. 268). A qualificação da força de trabalho é registrada nessa fase de desenvolvimento do capitalismo, aliada a uma especialização por trabalhador nas funções peculiares a cada processo de trabalho. Desse modo, a divisão do trabalho constitui o pressuposto material da existência do processo manufatureiro.

A produtividade manufatureira é impulsionada por uma única operação no processo de parcialização do trabalho. Assim desaparece o trabalho artesanal, uma vez que a produção de forma parcial obriga o trabalhador a interromper o fluxo do seu trabalho para iniciar outra operação. Nessa condição, Marx (1983, p. 270) assevera que “a continuidade de um trabalho uniforme destrói a tensão e o impulso dos espíritos vitais, que encontram sua recreação e seu estímulo na própria mudança de atividade”.

O desgaste contínuo da exploração do trabalho nessas condições transforma o prazer de trabalhar em tarefa árdua e cansativa. A repetição exaustiva de uma atividade impede o trabalhador de desenvolver sua capacidade produtiva e criativa e o torna incapaz de exercitar as suas potencialidades. A especificidade da divisão manufatureira do trabalho afeta subjetiva e objetivamente o trabalhador no processo de trabalho. Nesse cenário, “os trabalhos parciais específicos são não só distribuídos entre diversos indivíduos, mas o próprio indivíduo é transformado num motor automático de um trabalho parcial” (MARX, 1983, p. 283).

A manufatura condiciona o estabelecimento da maquinaria, e esta, por sua vez, inicia uma verdadeira divisão do trabalho, determinada pela tecnologia. A maquinaria passa por um processo de desenvolvimento qualitativo, estabelecendo uma revolução industrial que

firma as bases da acumulação especificamente capitalista. Esse processo evolutivo desenvolve cidades, tornando-as autônomas. Há um distanciamento entre o campo e as cidades, pois a produção de trabalho ganha novos contornos de atividades para além da troca orgânica do homem com a natureza.

O desenvolvimento econômico é estabelecido no capitalismo por meio da dimensão do valor cada vez mais abstrata – o valor de troca torna-se a base de todo o sistema produtivo. A lei geral da acumulação capitalista serve como ponto de inflexão para apresentar os elementos estruturantes dos limites absolutos do sistema do capital assentado na apropriação do mais-trabalho. Enquanto fundamento da teoria do valor, o sistema socioeconômico inserido na produção do tempo de trabalho socialmente necessário tem como premissa a acumulação da mais-valia ou mais-trabalho. Assim, a alma da sociedade burguesa consiste na apropriação do tempo de trabalho excedente.

Ao se desenvolver a produtividade do trabalho, a força do capital se eleva. A quantidade de riqueza produzida impulsiona novos ramos da produção, de forma que grandes massas devem estar disponíveis para ser exploradas sem prejudicar a escala de produção em ramos existentes. Nesse processo, as profissões surgem para dinamizar a economia ante a sofisticação da produção em face de um desenvolvimento tecnológico cada vez mais apurado. Nessa forma de sociabilidade, a divisão do trabalho estabelece novas modalidades profissionais para o atendimento de suas necessidades produtivas, algo extremamente novo em relação às sociedades anteriores.

Como tendência geral da acumulação, o capitalismo precisa produzir mais com menos trabalhadores alocados na produção. Assim, o sistema eleva a força de trabalho excedente, que em meio a fortes flutuações e à produção transitória da superpopulação, demite os trabalhadores e dificulta a sua absorção. Esse estrago da superpopulação relativa na sociedade advém da essência do modo de produção capitalista, que reproduz a sua riqueza material e, ao mesmo tempo, a miséria. Trata-se de uma contradição necessária do conflito entre capital e trabalho, da extração de mais-valia como fonte de acumulação de capital, da propriedade privada dos meios de produção e do produto de trabalho.

Os processos de exploração sobre o trabalho e as contradições advindas pela acumulação capitalista são confrontados pela luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de existência. As contradições que brotam na essência da acumulação burguesa

refletem os problemas de cunho político, quando um movimento de trabalhadores organizados oferece resistência às condições de vida e de trabalho precárias a que são submetidos. Os donos do capital buscam conter as lutas dos trabalhadores por meio do reconhecimento político dessas contradições como expressões da “questão social”.

Durante a fase monopolista do capital, o processo de institucionalização do Serviço Social na divisão do trabalho torna-o parte constitutiva do conjunto das profissões. Segundo Netto (1992), o resgate investigativo do cenário capitalista compreendido entre 1890 e 1940 vislumbra uma apreensão do Serviço Social como profissão, numa nova fase de intervenção estatal junto à força de trabalho para amenizar as consequências da desigualdade social nas condições de vida das classes pauperizadas como reflexo da “questão social”.

Entendida como um fenômeno permeado pelo impulso alienante ontologicamente presente no capitalismo ao expressar o empobrecimento dos indivíduos em oposição ao forte desenvolvimento das forças produtivas, a questão social é tratada em suas refrações pelo Estado ao intervir nela como árbitro em disputas das relações de trabalho. Para amenizar os conflitos decorrentes das sequelas da questão social e manter as condições vitais da produção e reprodução do capital, a profissão dos assistentes sociais é criada. Configura-se assim uma relação de assalariamento e uma abertura de campos de atuação e de formação para o Serviço Social.

O Serviço Social como profissão tem determinações na complexificação da produção material e na conseqüente sofisticação da divisão técnica do trabalho a partir da fase monopolista do capitalismo. Seu lugar na divisão técnica do trabalho não está situado na esfera econômica, embora possa exercer uma prática nos complexos sociais produtivos. Seu lugar se insere junto à política social, aos direitos sociais e humanos, aos serviços públicos e privados, para responder socialmente, por meio de um aparato institucional legal, aos problemas que estão na estrutura do capital.

As medidas tomadas pelo Estado em resposta às expressões da questão social têm como objetivo primordial perpetuar a ordem capitalista e suas contradições através do enfrentamento dos conflitos e da reprodução da força de trabalho. O trabalho do assistente social nesse processo está associado a uma natureza precária das políticas sociais, uma vez que o sistema produtivo capitalista se sustenta perpetuando a desigualdade ao elevar os índices de acumulação de capital, visando à ampliação econômica em primeira instância.

As políticas sociais se entrelaçam com a ordem do capital e sua condição de mecanismo participante do atendimento às reivindicações dos trabalhadores. O Estado lança mão dessas políticas para amenizar os conflitos sociais e favorecer a lógica lucrativa do sistema. Sua intervenção se caracteriza pela afirmação dos direitos sociais dos trabalhadores, atendendo em parte a suas demandas, uma vez que necessita ocultar e atenuar os conflitos, para assegurar o desenvolvimento do capital monopolista.

Mesmo depois de um processo de lutas dos movimentos dos trabalhadores, quando os direitos e as políticas sociais passaram a ser assegurados por lei³, o fator gerador das contradições do capitalismo não foi alterado. As expressões da questão social agravaram-se muito mais e as políticas sociais tornaram-se cada vez mais precárias. O Estado não consegue, por sua natureza, resolver os problemas sociais. Enquanto isso, cresce a desigualdade no mundo, sobretudo nos países de capitalismo periférico, a exemplo do Brasil, onde as saídas encontradas para a redução da miséria se dão mediante programas focalistas, direcionados à miséria extrema.

Diante desse quadro, aos assistentes sociais cabe o desenvolvimento de uma prática de atendimento baseada no critério da seletividade, tendo em vista que ele atua num cenário de contradições e o aumento da demanda de usuários é inevitável devido ao agravamento das condições precárias de vida e trabalho, bem como pelos limites dos recursos disponibilizados pelas prestadoras dos serviços sociais públicos. As políticas sociais, ao serem reduzidas e particularizadas em diversos campos, como na saúde, na habitação, na educação etc., são definidas “a partir de programas específicos que individualizam respostas de reivindicações de conteúdos coletivos. Esses programas sociais passam a constituir campos de investimentos de capital nacional e estrangeiro” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2005, P. 363).

Diante da situação adversa para os profissionais e usuários, o assistente social se pauta por uma prática de trabalho desfavorável à garantia dos direitos à sua demanda, pois suas funções comprometem as respostas como resultado da ação profissional sobre a vida dos sujeitos. Assim, “acentua-se a tendência neoconservadora, focalista, controlista, localista, de abordagem microscópica das questões sociais”. Em tais condições, “o atendimento da demanda real ou potencial fica prejudicado, comprometendo o processo e os resultados da

3 Para Behring e Boschetti (2008, p. 64), “o surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas e das correlações e composições de força no âmbito do Estado”.

intervenção profissional” (GUERRA, 2005, p. 24).

Atualmente, o Estado tem-se pautado por estratégias neoliberais ditadas pelos organismos financeiros internacionais; estes defendem a redução dos direitos sociais conquistados pelas lutas dos trabalhadores. Sob o argumento da crise fiscal do Estado, as políticas sociais se transformam em ações pontuais e compensatórias, dirigidas à pobreza extrema. Assim, a concepção de política social e de direitos sociais se afasta de uma proposta de caráter universal. É nesse universo contraditório da reprodução social que o assistente social se confronta no âmbito do seu exercício profissional, e para além dele, como classe trabalhadora.

III. O CARÁTER ESTRUTURAL DA CRISE SOCIAL NA ATUALIDADE E SEUS REFLEXOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL

Nos dias atuais, a humanidade tem experimentado um agravamento dos problemas sociais, econômicos e ideológicos desencadeados por uma crise estrutural do capital. Essa crise abrange todas as esferas do sistema do capital, como resultado de suas dimensões internas fundamentais: “produção, consumo e circulação, distribuição, realização” (MÉSZÁROS, 2002, p. 798). A ampliação e o fortalecimento dessas dimensões reproduzem os processos de crise, atingindo, de forma extensa e contínua, uma escala de alcance verdadeiramente global.

Tanto nos processos internos quanto nas instituições públicas do capital, a crise estrutural tem se revelado frequentemente. Em meio a esta crise nos processos de instabilidades socioeconômicas, a alta burguesia reverencia a política neoliberal⁴ como uma

4 Enquanto expressão da necessidade de encontrar novos mecanismos para deslocar suas contradições, o capital recorreu ao neoliberalismo a partir da década de 1970, o que significou o fim do pacto taylorista-fordista e o esgotamento das políticas que marcaram os anos dourados do capitalismo – o capital desconheceu grandes crises durante as três décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. A crise econômica de 1973 inaugura um ciclo histórico de crises sucessivas que marcam, segundo Mézszáros, a crise estrutural do sistema do capital. O capital financeiro constitui-se como sua força motriz. (SANTOS NETO, CANEL, 2020, p. 28).

arma poderosa que privilegia a lógica do mercado transnacional. Esta crise de dominação em geral na estrutura do capital possui um caráter devastador sobre todas as atividades no conjunto das relações humanas. Ela requer “a extração máxima de trabalho excedente dos produtores de qualquer forma compatível com seus limites estruturais” (MÉSZÁROS, 2002, p. 99).

O processo de acumulação e expansão do capital requer um “domínio absoluto sobre todos os seres, mesmo na forma mais desumana, quando estes deixam de se adaptar a seus interesses e a seu impulso para a acumulação” (MESZÁROS, 2002, p. 185). As constantes reestruturações do capital em meio ao desenvolvimento das forças produtivas pela monopolização proporcionaram consequências desumanizadoras que se agravaram na dimensão atual da crise estrutural.

Vigente desde os anos 1970, a crise estrutural do capital anuncia tanto a autodestruição para o sistema produtivo quanto para a humanidade. Os limites absolutos do capital são ativados no âmbito dela, diferentemente do período em que as crises cíclicas, como resultado das contradições entre consumo e produção, não colocavam em risco a expansão e a acumulação do capital.

Assumindo um caráter universal pela sua capacidade expansiva de adentrar nos lugares mais distantes e isolados do globo terrestre, a crise estrutural ativou os limites absolutos do capital, diferentemente dos limites relativos, “que podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva – dentro da estrutura viável e do tipo buscado – da ação socioeconômica, minimizando por algum tempo os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 175).

Os limites considerados absolutos para o sistema do capital partem das contradições mais profundas desencadeadas no interior do próprio domínio sociometabólico burguês; são limites que possuem consequências desastrosas para a totalidade social em processo de desenvolvimento. Trata-se de um conjunto de contradições articuladas numa dimensão destrutiva do sistema sociometabólico do capital que, portanto, são insuperáveis nesta forma de sociabilidade. Um processo de desacordo insuperável entre “monopólio e competição”, a crescente “socialização do processo de trabalho”, “a apropriação discriminatória e preferencial de seus produtos” e “a divisão internacional de trabalho”

(MÉSZÁROS, 2002, p. 222).

O estabelecimento e a consolidação das grandes cooperações no século XX, com a função de maximizar os lucros e de acumular capital, foram constituintes do próprio capitalismo monopolista e desencadearam uma série de contradições que, ao longo do desenvolvimento produtivo, não foram neutralizadas, mas intensificadas. Mediante essa expansão imperialista e neoimperialista, a competição pelo domínio de forma mais acirrada entre os interesses antagônicos deslocou as contradições para uma escala de intensidade ainda maior. Em poucas décadas desencadearam-se como resultado as duas grandes guerras mundiais, acompanhadas de inúmeras guerras menores e de um leque de desumanizações sem uma solução sustentável.

A expansão neoimperialista clássica reforçou as contradições insolúveis dos antagonismos existentes entre o capital transnacional e os Estados nacionais. As chamadas multinacionais, como corporações transnacionais sem meios de se autossustentar, estabeleceram uma reprodução ampliada das contradições mais profundas do capital, em que cada uma das empresas capitalistas se relaciona com o sistema mundial por meio do Estado-nação, tornando-se dependente dele.

Para Mézáros (2002, p. 227), “a tendência fundamental do desenvolvimento econômico transnacional expansionista e as restrições a ela impostas pelos Estados nacionais historicamente criados” requerem soluções complexas. Tais contradições estão imbricadas às formas antagônicas da reprodução sociometabólica, cujo domínio pelo trabalho e pela sede de explorar circunda a esfera da extração do trabalho excedente, além de elevar as desigualdades com a dominação estrutural do grande capital pelos países de capitalismo avançado sobre as economias periféricas.

As deficiências estruturais do capital impedem a solução de suas próprias contradições num contexto histórico em que os interesses conflitantes do capitalismo monopolista não possuem mecanismos adequados para garantir o seu necessário deslocamento expansionista. O processo de centralização e concentração do capital segue inexorável mediante “uma lei natural baseada na inconsistência dos participantes” (MÉSZÁROS, 2002, p. 242).

No âmbito das contradições que cercam as deficiências estruturais do capital, o

desemprego crônico ganha cena na atualidade, atingindo até mesmo os países capitalistas mais avançados. Seu teor de cronicidade surge no período de expansão do capitalismo no pós-guerra, como um fenômeno decorrente da crise estrutural. Para Mészáros (2006, p. 74), esse fenômeno pode afetar “o sistema do capital global não apenas em um dos seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo –, mas em todas as suas dimensões fundamentais”.

Como uma contradição necessária do sistema capitalista que transforma as conquistas de “desenvolvimento, racionalização e modernização” numa carga desenfreada de “subdesenvolvimento crônico”, os desdobramentos da crise estrutural sob as condições de desemprego são percebidos num cenário de disputa por empregos raramente disponíveis. Nessa disputa estão tanto os trabalhadores não qualificados quanto os altamente qualificados.

Ao manter seu impulso incansável de expansão, o capital segue não se importando se as consequências serão devastadoras para a humanidade. Em seus limites absolutos, o capital mostra-se incapaz de controlar os reflexos contraditórios gerados no interior de sua ordem. As projeções emergenciais e catastróficas em período de crise estrutural se alinham ao mecanismo neoliberal, confirmando a significância do capital financeiro.

Num cenário de elevadas taxas de lucros dos grandes aglomerados financeiros e das grandes corporações empresariais para a liberdade do mercado, “se destrói a rede de proteção social dos trabalhadores e se transforma o desempregado crônico na figura do empreendedor”. Como suporte do grande capital, “a lógica da gestão empresarial e da administração da vida individual se generaliza como se fosse uma empresa” (SANTOS NETO, CANEL, 2020, p. 30). A “flexibilização” e a “desregulamentação” aceleram os obstáculos reais enfrentados pelo trabalho, tanto nos negócios quanto na política.

Nesses termos:

Os limites do movimento de recuo do capital, que necessita da permanência do desemprego crônico, estão limitados pelo nível de instabilidade tolerável que acompanha as pressões econômicas e políticas criadas pelo processo inevitável de ajustamento estrutural do capital que se desenrola perigosamente diante de nossos olhos – e que incluem, em lugar de destaque, a tomada de muitos dos ganhos passados do trabalho e o crescimento inexorável do desemprego – ameaçando com

a implosão do sistema, não a periferia, mas a região mais avançada. (MÉSZÁROS, 2002, p. 330).

Na verdade, “a dinâmica interna antagonista do sistema do capital agora se afirma – no seu impulso inexorável para reduzir globalmente o tempo de trabalho necessário a um valor mínimo que otimize o lucro” (MÉSZÁROS, 2002, p. 341). Com isso cresce o desemprego, aliado a uma empregabilidade cada vez mais passiva; dá-se a intensificação da precarização e a exploração. A importante lei tendencial da equalização descendente da taxa de exploração diferencial⁵ encontra-se nas raízes contraditórias da defesa da “flexibilidade”, emparelhada com a legislação trabalhista, por meio da destrutiva globalização capitalista no período de crise estrutural do capital.

A classe trabalhadora tem experimentado a natureza real das relações capitalistas. A relação de dominação do capital sobre o trabalho tem se mostrado cada vez mais um fenômeno global. O antagonismo entre o capital social global e a totalidade do trabalho sempre foi irreconciliável. Atualmente isso é notório nas circunstâncias socioeconômicas locais, na posição de cada país e no crescimento sócio-histórico mundial. Assim, “a realidade das diferentes taxas de exploração e lucro não altera em nada a própria lei fundamental: a crescente equalização das taxas de exploração diferenciais como a tendência global de desenvolvimento do capital mundial” (MÉSZÁROS, 2006, p. 37).

Portanto, “[...] não pode haver nenhuma saída, senão pela intensificação das taxas específicas de exploração, as quais somente podem conduzir, tanto localmente como em termos globais, a uma explosiva intensificação do antagonismo social fundamental em longo prazo”. Os que defendem uma “integração” da classe trabalhadora num “sistema organizado” do capital que obteve êxito em dominar radicalmente suas contradições sociais, “desesperadamente mal interpretaram o sucesso manipulador das taxas diferenciais de exploração (que prevaleceram na fase histórica relativamente ‘livre de distúrbios’, da reconstrução do pós-guerra) como um remédio estrutural básico” (MÉSZÁROS, 2006, p. 37).

5 De acordo com Mészáros (2006, p. 37), “essa lei de equalização é uma tendência de longo prazo, uma vez que o sistema global do capital é afetado” [...]. Por ora basta salientar que o “capital social total” não deve ser confundido com o “capital nacional total”. Quando este último sofre os efeitos de um enfraquecimento relativo da sua posição no sistema global, tentará inevitavelmente compensar suas perdas com o aumento de sua taxa de exploração específica sobre a força de trabalho sob o seu controle direto – de outro modo, terá sua competitividade novamente enfraquecida na estrutura global do “capital social total”.

Por essa razão, há um conjunto complexo de interesses distintos entre as classes sociais; as diferentes taxas de exploração são tão inquestionáveis quanto as taxas de lucro. Somente a intensificação das taxas de exploração pode direcionar tanto nacionalmente como em nível global um intenso antagonismo social em longo prazo. O processo de globalização produz em suas raízes a equalização descendente da taxa de exploração diferencial, atingindo o mundo inteiro. Na realidade, a precarização e a insegurança avançam por toda parte no mundo do trabalho, tornando a situação ainda mais grave.

Nessa direção, seguem as contradições dos limites absolutos do capital a alastrar-se como uma mancha de óleo. O capital é incapaz de se impor limites. Mesmo que se queira escamotear a sua essência com paliativos inconsistentes, sua lógica não consegue mais dirimir as consequências de seus antagonismos. As contradições presentes na crise social, nos seus múltiplos aspectos econômicos, políticos e sociais, afetam a família, os indivíduos, as políticas sociais, os direitos sociais, as profissões etc.

A crise social possui um caráter estrutural; seus reflexos incidem sobre o desenvolvimento das atividades profissionais do Serviço Social. De múltiplas maneiras, esses reflexos contornam os objetos da prática profissional, a exemplo das políticas públicas direcionadas aos idosos, aos jovens e às famílias, num mundo contraditório em conflito e sob a dominação do capital. Conforme Mézáros (2002, p. 802), “o capital só pode funcionar por meio de contradições, ele tanto cria quanto destrói a família; produz a geração jovem economicamente independente com sua ‘cultura jovem’ e a arruína”. Do mesmo modo, “gera as condições de uma velhice potencialmente confortável, com reservas sociais adequadas, para sacrificá-las aos interesses de uma infernal maquinaria de guerra”. A humanidade é necessária e, ao mesmo tempo, supérflua para o capital.

O capitalismo necessita explorar a força de trabalho para dar continuidade aos seus processos de acumulação. Se não fosse por isso, a desumanização gerada pelo capital destruiria o mundo com a maquinaria de guerra. O conflito de gerações em escala ascendente é gerado pelo sistema produtivo burguês. O desemprego torna-se crônico, o pauperismo assola o mundo inteiro, muitos jovens e velhos são considerados inúteis, supérfluos para o capital. Para as gerações mais velhas, resta-lhes a inatividade com perda de sua humanidade. Para os jovens, dificuldades de encontrar oportunidades de emprego por inexperiência. Quanto às mulheres, uma histórica opressão de luta por reconhecimento nas relações de trabalho; ao mesmo tempo, sua condição de “força de trabalho mais

flexível” as torna mais vulneráveis para integrar as fileiras do desemprego.

Desumanizações seguem na estrada do capital sem possibilidade de reverter a gravidade de suas consequências. A sociedade é confrontada com as sequelas dessas desumanizações, uma questão social que possui velhas raízes e que permanece assombrando a contemporaneidade social. A sociedade vive em confronto com as consequências desumanizadoras das contradições do sistema do capital e com uma crise sem precedentes, expressa na crise política do sistema burguês.

O Estado atual impõe suas exigências de maneira absoluta “para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema” (MÉSZÁROS, 2002, p. 106). As crises que permeiam o capital desde as origens do capitalismo evidenciam a essência de um Estado a favor dos interesses das classes dominantes. As consequências advindas disso se manifestam no cotidiano profissional num mundo em crise. A reprodução do capital necessita reproduzir um de seus mecanismos mais decisivos: a permanente desigualdade social. Não há indícios de uma superação dos problemas, mas soluções parciais, fragmentadas, das expressões da questão social por parte do Estado.

Há a retração dos direitos e das políticas sociais em processo de avanço e recuo segundo a gestão de cada governo, porém cada vez mais se subjugando aos imperativos do domínio neoimperialista e neoliberal. Na particularidade do caso brasileiro, no tocante às atividades que antes eram reconhecidas como direitos sociais pelo Estado, como é o caso da saúde e da educação públicas, hoje há um recuo do Estado. As políticas privativas ganham cena no cenário contemporâneo; com elas o Estado assume um franco retrocesso ante as demandas que proliferam na base do pauperismo. As propostas reformistas do Estado para o controle do movimento de reprodução e expansão do capital reflete também sobre o Serviço Social, por este lidar com os problemas da questão social.

O Serviço Social não está em crise ao ponto de desaparecer; sua permanência é importante como um instrumento necessário do Estado para amenizar os conflitos sociais na margem do sistema de dominação e reprodução do capital. Para além de uma função conservadora junto ao Estado, esse profissional tornou-se um dos mais politizados na luta em defesa das classes populares. A aproximação aos preceitos críticos de Marx contribuiu para fundamentar a prática dos assistentes sociais no trato das contradições presentes entre capital e trabalho, entre a luta de classes e as desumanizações que afetam

diretamente o conjunto da classe trabalhadora.

Nesses termos, podemos concluir que a crise atual é de natureza social, possui caráter estrutural e por isso afeta todas as áreas da vida. Em geral, as profissões sofrem os reflexos das crises e das contradições que beiram os limites absolutos do capital. A vida humana é afetada em todas as direções, e os trabalhadores, ao lado da classe dos assistentes sociais em seu conjunto, sentem os reflexos degradantes do sistema do capital nos limites abaixo da dignidade humana, sem solução dentro de seu horizonte.

IV. CONCLUSÃO

Como parte constitutiva da essência do modo de produção capitalista, no âmago de sua lei geral de acumulação, os problemas de ordem estrutural avançam sem solução alguma no horizonte burguês. Não há reconciliação entre os antagonismos do sistema na estrutura do capital e o modo de ser das estruturas mundiais sob o seu domínio.

A incapacidade de a democracia burguesa solucionar as contradições do sistema do capital faz com que o neoliberalismo e o domínio neoimperialista radicalizem suas posições. Os profissionais do Serviço Social precisam firmar seu compromisso de luta cotidiana a favor das classes populares. Nesse contexto, é fundamental que eles e os demais trabalhadores se organizem para barrar o controle exacerbado do capital sobre as riquezas que emanam do trabalho. A luta é contra as contradições que beiram os limites absolutos do capital e ultrapassam os reflexos da crise estrutural, tão enraizadas na estrutura orgânica do sistema burguês.

As relações de poder no capitalismo que permeiam a sua estrutura global na atualidade atingem de forma degradante todas as esferas da vida. Para resolver o problema é preciso ultrapassar os limites do sistema vigente pela via revolucionária, na qual a luta da classe trabalhadora pela emancipação humana deve achar-se em plena sintonia com o projeto socialista de Marx para além do capital.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 5. ed. V. 2. São Paulo: Cortez, 2008.

GUERRA, Yolanda. O Serviço Social ante a crise contemporânea: demandas e perspectivas. In: **Revista Ágora**, Ano 2, nº 3, dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.assistentesocail.com.br>. Acesso em: janeiro de 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. & CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: um esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 18. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2005.

LESSA, S. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo, Cortez Editora, 2007.

LUKÁCS, Georg. **Per l'ontologia dell'essere sociale**. A cura di Alberto Scarponi. Roma: Riuniti, 1981.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Editora da Unicamp/Boitempo Editorial, maio de 2002.

MÉSZÁROS, Istvan. **Desemprego e Precarização um Grande Desafio para a Esquerda**. São Paulo: Boitempo, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. CANEL, José Jânio Camelo. Neoliberalismo, Neofascismo e Pandemia. In: **Coronavírus e a crise do capital**: impactos aos trabalhadores e a natureza. SANTOS NETO, Artur Bispo dos. FERNANDES, Elaine. (Orgs.). Goiânia: Ed. Phillos Academy, 2020.